

PROJETO DE LEI

Altera a Lei Estadual nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre Custas e Emolumentos, e dá outras providências.

Art. 1º Os itens e subitens das tabelas 14 e 16, anexas à Lei Estadual nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009, e constantes dos incisos deste artigo, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – 14.1.2 Afixação, publicação e arquivamento de edital de proclamas e fornecimento da respectiva certidão, excluídas as despesas de publicação na imprensa quando necessário. R\$22,50

II – 16.13 Pelo registro de cédula de crédito rural, do produto rural e demais de natureza rural no livro 3 do Registro de Imóveis, conforme Lei de Registros Públicos, com valor até R\$60.535,90, os emolumentos serão de R\$134,80. Com valor acima de R\$60.535,90, os emolumentos serão os dos itens 16.11.13 a 16.11.24 da Tabela XVI.

III – 16.13.1 Por cada registro de cédula de crédito rural, do produto rural e demais de natureza rural e/ou gravame decorrente no livro 2 do Registro de Imóveis, conforme Lei de Registros Públicos, com valor até R\$60.535,90, os emolumentos serão de R\$67,40. Com valor acima de R\$60.535,90, os emolumentos serão os dos itens 16.11.13 a 16.11.24 da Tabela XVI.

IV – 16.19 Serão aplicadas as isenções e reduções de emolumentos previstas na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009.

Art. 2º Ficam acrescentados os incisos X a XII do art. 13, da Lei 9.109, de 29 de dezembro de 2009, e constantes dos incisos deste artigo, com as seguintes redações:

I – X – o Ministério Público

II – XI – a Defensoria Pública

III – XII – o procedimento de reconhecimento de paternidade no registro civil para as pessoas reconhecidamente pobres na forma da Lei.

Art. 3º Ficam revogados os subitens 16.19.1, 16.19.2, 16.19.3, 16.20.1, 16.20.2 e os itens 16.20 e 16.21, todos da Tabela 16 anexa à Lei Estadual nº. 9.109, de 29 de dezembro de 2009.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.